

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP tem vindo a denunciar vários problemas com que se confrontam os trabalhadores do sector das telecomunicações, nomeadamente relativos à externalização de serviços e sub-contratação de trabalhadores.

A NOS, empresa do sector, com mais de 6 mil trabalhadores só em Lisboa (mas que contam com apenas 2515 no plano nacional com contratos com uma empresa do Grupo), continua a utilizar as mais diversas formas para o aumento do seu lucro, sempre pela via da deterioração das condições de trabalho e da exploração dos trabalhadores.

Como se sabe, a NOS (bem como outras empresas do ramo), utilizam outras empresas para realizarem a instalação dos seus serviços. O PCP tomou conhecimento das condições em que os trabalhadores destas empresas, realizaram o seu trabalho, nomeadamente da Sinal Cabo.

A NOS subcontrata a Sinal Cabo para fazer este serviço. A Sinal Cabo, por sua vez, contrata um a um, através do pagamento de recibos verdes, cada um dos trabalhadores como se cada um fosse uma empresa. A NOS paga "X" à Sinal Cabo por cada instalação, que paga "Y" ao trabalhador, pela instalação executada. Sendo assim, estes trabalhadores não têm quaisquer direitos assegurados, nem férias, nem protecção social, nada. São obrigados a comprar os materiais que usam para trabalhar, a própria "farda", o tablet (no valor de 450€ é obrigatório ser adquirido à NOS), pagam as deslocações, entre outros.

Pelo que conhecemos, a NOS regista para os seus clientes que o custo de cada instalação são cerca de 470€, mas a Sinal Cabopaga 80€ ao trabalhador. Havendo problemas com a instalação, o trabalhador terá de voltar, suprir os custos dessa deslocação e arranjo, sem receber nada. Com o que recebem e os custos que têm, muitos destes trabalhadores nem o salário mínimo/hora auferem.

Há centenas de trabalhadores nesta situação, muitos deles há mais de 15 anos.

Na verdade, o recurso à prestação de serviços para a garantia de necessidades permanentes

da NOS, representa um recurso à precariedade com o objectivo de impor aos trabalhadores subcontratados menos direitos e salários muito abaixo do que os trabalhadores que integram o quadro da NOS.

O PCP considera inaceitável que a NOS não assuma qualquer responsabilidade sobre estes trabalhadores, tratando-os como material “descartável” quando, de facto, contribuem com o seu trabalho para a sua riqueza e lucros. Esta situação concreta refere-se à NOS, mas será extensível a todas as outras operadores de Telecomunicações.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicitamos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os seguintes esclarecimentos:

1. Este é o modelo de «precariedade e baixos salários» que o Governo tem dito querer combater, no entanto, situações destas proliferam. Que medidas vai o Governo tomar para as combater de forma efetiva?
2. Ao abrigo de que disposição realiza a NOS o contrato de subcontratação de serviços para a supressão de necessidades permanentes da empresa?
3. Ao abrigo de que disposição contrata a Sinal Cabo estes trabalhadores, não estaremos a tratar de falsos recibos verdes?
4. Que medidas vai tomar para assegurar o cumprimento dos direitos dos trabalhadores e das normas de higiene e segurança no trabalho?

Palácio de São Bento, 11 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)